

## Participação esportiva em perspectiva transnacional: uma análise a partir da modernidade reflexiva

### RESUMO

Este artigo, de caráter teórico e exploratório, tem como objetivo analisar a participação dos agentes sociais frente às atividades esportivas realizadas em diversos países. A partir de pesquisa bibliográfica e de releitura de dados empíricos trazidos nos textos de políticas públicas de esporte e lazer revisitados, foram realizadas análises comparativas na tentativa de identificar tendências sociais ou padrões de estilos de vida reflexivos em consonância com a teoria social de Beck e Giddens. Após digressão realizada na literatura especializada, constatou-se que a distribuição da atividade social reflexiva por via de esportes individualizados não responde de forma homogênea em todos os lugares do globo, muito embora trate-se de uma tendência geral no tocante à participação esportiva na contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Esporte; Reflexividade; Estilos de vida

### Veronica Volski Mattes

Mestra em Educação. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava, Paraná, Brasil.  
vero\_edf@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9599-6618>

### Luiz Fernando Badaró

Mestre em Educação Física. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, Paraná, Brasil. luizbdr@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1344-8413>

### Vinicius Machado de Oliveira

Mestre em Educação Física. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, Paraná, Brasil. oliveira\_vm@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1789-8243>

### Fernando Augusto Starepravo

Doutor em Educação Física. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, Paraná, Brasil.

fernando.starepravo@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1655-998X>

### Juliano de Souza

Doutor em Educação Física. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, Paraná, Brasil. julianoedf@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-3491-9536>

## **Sportive participation in a transnational perspective: an analysis from reflective modernity**

### **ABSTRACT**

This article, of theoretical and exploratory nature, has as objective to analyze the participation of the social agents in front of the sports activities carried out in several countries. From a bibliographical research and re-reading of empirical data brought in the texts of sports and leisure public policies revisited, comparative analyzes were carried out in an attempt to identify social trends or patterns of reflexive lifestyles in consonance with the social theory of Beck and Giddens. After investigation in the specialized literature, it was found that the distribution of reflexive social activity through individualized sports does not respond homogenously in all parts of the globe, although it is a general trend regarding sports participation in the contemporary world.

**KEYWORDS:** Public policy; Sport; Reflexivity; Life styles

## **Participación esportiva en perspectiva transnacional: un análisis a partir de la modernidad reflexiva**

### **RESUMEN**

Este artículo, de carácter teórico y exploratorio, tiene como objetivo analizar la participación de los agentes sociales frente a las actividades deportivas realizadas en diversos países. A partir de investigación bibliográfica y de relectura de datos empíricos traídos en los textos de políticas públicas de deporte y ocio revisitados, se realizaron análisis comparativos en el intento de identificar tendencias sociales o patrones de estilos de vida reflexivos en consonancia con la teoría social de Beck y Giddens. Después de investigar la literatura especializada, se encontró que la distribución de la actividad social reflexiva por vía de deportes individualizados no responde de forma homogénea en todos los lugares del globo, aunque se trata de una tendencia general en lo que se refiere a la participación deportiva en la contemporaneidad.

**PALABRAS-CLAVE:** Políticas públicas; Deporte; Reflexividad; Estilos de vida

## INTRODUÇÃO

O presente texto ambiciona contribuir com dois campos de conhecimentos já relativamente avançados no cenário da Educação Física brasileira, um referente à área de políticas públicas, sendo essa configurada e reconhecida como subdisciplina da ciência política (MELO, 1999), com a proposta de direcionamentos ao âmbito do esporte e lazer e o outro, por seu turno, relacionado à sociologia do esporte, por via de quadros teórico-conceituais utilizados para interpretação e tratamento das evidências empíricas.

Circunscrito nesse espaço dialógico, o objetivo delimitado neste estudo é analisar a participação dos agentes sociais frente às atividades esportivas realizadas em diversos países. Como desdobramento dessa proposição, foi realizado um esforço de comparação entre alguns dos esportes mais praticados nesses países buscando, a partir disso, identificar tendências sociais ou padrões de estilos de vida reflexivos. Oportuno salientar que, nesse percurso, foram encontradas poucas análises empírico-teóricas atinentes à investigação da participação esportiva na literatura acadêmica especializada. Destaca-se, por exemplo, os trabalhos de Scheerder, Willem e Claes (2017) e Halmann e Petry (2013), apresentados neste texto, além de um estudo similar proposto por De Bosscher et al. (2008), porém com foco no rendimento esportivo. No marco europeu, tem-se os estudos que compuseram a coletânea organizada por Llopis-Goig (2016) e, em termos brasileiros, os trabalhos vinculados ao grupo de Hallal (2014).

Com a intensão de ampliar esse horizonte e em diálogo com essa literatura, a pesquisa que subsidiou a elaboração desse artigo caracteriza-se como exploratória, ou seja, foi perspectivada no espectro daqueles estudos que buscam descobrir ideias novas no intuito de se familiarizar com o fenômeno investigado (SELLTIZ et al., 1965). Em adição, utilizou-se também o método bibliográfico para coleta de dados, partindo de artigos e livros, com destaque ao texto *Sport Policy Systems and Sport Federations – A Cross-National Perspective* (SCHEERDER; CLAES; WILLEM, 2017) e, sobretudo, à obra *Comparative Sport Development – Systems, Participation and Public Policy* (HALLMANN; PETRY, 2013). Ambos os livros condensam uma série de artigos que versam sobre as políticas públicas de esporte e lazer em diferentes países, oferecendo parâmetros e recursos que foram fundamentais à efetivação da proposta de pesquisa.

Posteriormente ao processo de coleta de dados, os resultados reunidos foram interpretados à luz da teoria da modernização reflexiva de Beck e Giddens que atribui às estruturas sociais funções não apenas coercitivas, mas também criativas. Dessa forma, os autores utilizam conceitos-chave, a

exemplo da reflexividade institucional, além dos processos de individualização, que acabam por impactar na formulação e escolhas dos estilos de vida reflexivos dos agentes sociais.

Em linhas gerais, a teoria da modernização reflexiva se apresenta como um novo quadro teórico de análise social, direcionado a compreender as conformações e os eventos da sociedade contemporânea, que já não seriam mais totalmente compressíveis por via de teorias produzidas no contexto das sociedades industriais. Em outras palavras, o referencial teórico proposto em Beck (1997, 2011) e Giddens (1991, 1997, 2002) foi pensado e elaborado para a compreensão do momento no qual estamos vivendo, em que as sociedades não estão apenas mudando, mas se metamorfoseando, no sentido de que as mudanças vivenciadas no prisma da segunda modernidade são muito mais intensas do que antes (BECK, 2018). Ou seja, com a eclosão do advento da modernização reflexiva, os diferentes segmentos da vida social são impactados, até mesmo as atividades vivenciadas no tempo livre a exemplo do esporte, objeto de análise do presente estudo. Em síntese, através da teoria da modernização reflexiva é possível verificar em que medida a prática esportiva se altera na esfera da segunda modernidade.

Tendo disso isso, os questionamentos que levaram ao desenvolvimento da proposta ocorreram em razão das ilações sobre similaridades e diferenças no tocante à participação esportiva em diferentes países. Por conseguinte, os problemas aventados para o encaminhamento da investigação foram: há uma tendência social global que possa explicar determinadas escolhas ou inclinações por determinadas práticas esportivas? As predileções dos indivíduos perpassam por questões culturais e regionais ou há aspectos norteadores universais que influem nessas preferências? Por hipótese, tem-se que a reflexividade institucional e os processos de individualização podem ajudar a interpretar as preferências por determinadas práticas esportivas nos países investigados.

O texto que segue está organizado em 3 seções, excetuando-se as considerações finais do artigo. A seção 2 e 3 são de natureza teórico-bibliográfica e nelas são feitas algumas ilações sobre sistemas de políticas esportivas comparadas e sobre aspectos fundantes da teoria da modernização reflexiva. Já a seção 4 do trabalho acumula algumas correlações empírico-teóricas que permitiram lançar luz sobre as questões delimitadas na investigação. Nas conclusões do manuscrito, o esforço centrou-se, por seu turno, nos processos de falseamento empírico da hipótese aventada.

## **PREPARANDO O PANO DE FUNDO ANALÍTICO**

Em um marco cronológico, investigações apontam os EUA como o primeiro país a se empenhar sistematicamente em estudos de políticas públicas, no início dos anos 1950, através da

abordagem de pesquisa caracterizada como *policy science*, posteriormente passando a ser designada *policy analysis*, contemplando suas três dimensões conceituais *policy*, *politics* e *polity* (FREY, 2000). No Brasil, a disseminação de estudos sobre o tema é fenômeno recente<sup>1</sup>, sobretudo se considerar apenas os estudos voltados à área do esporte e lazer, acarretando, por conseguinte, num campo de conhecimento com produções ainda em desenvolvimento (STAREPRAVO; MARCHI JR., 2016), com predominância de relatos de experiência e pouco diálogo com as teorias (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007).

Percebendo a necessidade de apropriação da literatura internacional e consequente divulgação das discussões em curso, serão sumariadas, neste tópico, duas obras de relativa expressão que informam a conjuntura das políticas públicas de esporte em diversos países. Dessa forma, o presente tópico realiza uma abordagem ou síntese investigativa dos materiais utilizados, no intuito de preparar um pano de fundo teórico que não só dará sustentação à coleta de dados como balizará o esforço comparativo.

O primeiro livro, *Sport Policy Systems and Sport Federations*, foi editado pelos autores Jeroen Scheerder, Annick Willem e Elien Claes em 2017. Nesta produção se tem acesso a artigos que discutem a estrutura e o sistema das políticas públicas de esporte em treze países, quais sejam: Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Lituânia, Holanda, Eslovênia, Espanha, Suíça e Inglaterra.

De início, Scheerder et al. (2017) abordam o surgimento do esporte moderno, datado no século XVIII e XIX nos países ocidentais, junto aos órgãos esportivos, como federações e clubes. A divisão se conferiu nas seguintes categorias: social-democrático, também conhecido como nórdico ou modelo escandinavo; bem-estar corporativo conservador, manifesto como modelo continental; liberal ou anglo-saxão; bem-estar rudimentar ou mediterrâneo; e, por fim, bem-estar pós-comunista.

Em continuidade a essa estrutura argumentativa, Scheerder et al. (2017) discorrem sobre a proposta fundamental da coletânea de artigos, que tem como uma das intenções não perder de vista as análises sobre as relações entre federações esportivas – com foco nas suas disposições e poderes – junto aos órgãos governamentais. É importante frisar que nos capítulos que se seguem há a apresentação do estado de conhecimento atual sobre a temática nos respectivos países. Assim, cada autoria atendeu a critérios específicos na formulação das propostas teóricas a fim de cumprir com as exigências para a exposição no livro.

---

<sup>1</sup> Identifica-se na literatura especializada uma correlação entre o processo de redemocratização brasileira na década de 1980 com a gênese dos estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer. Para acesso ao conteúdo ver Mendes (2013) e Hochman et al. (2007).

Dentre os critérios a serem atendidos estava [1] traçar o perfil do país, ou seja, os aspectos geográficos, demográficos, políticos, econômicos, socioculturais, além dos níveis de participação esportiva; [2] informar a estrutura e organização do esporte, incluindo as dimensões das estruturas governamentais, intermediárias e não governamentais em nível nacional, regional e local; [3] discorrer sobre o papel das federações relacionadas ao esporte, com ênfase na legislação, no quadro político atuante e na estrutura da política esportiva; [4] analisar os moldes em que as federações esportivas se apoiavam em suas operações, com destaque ao quadro financeiro dos países, incluindo o sistema de financiamento público e avaliação de desempenho das federações; e a [5] conclusão, sendo solicitado aos autores apontamentos sobre as semelhanças e diferenças com os demais países que faziam parte da estrutura do estudo, além da perspectiva de evolução das políticas esportivas e possíveis implicações para o seu desenvolvimento.

Já em referência ao segundo livro, intitulado *Comparative Sport Development*, das autoras Kirstin Hallmann e Karen Petry, de 2013, também há um acervo de textos que discute o sistema de políticas esportivas em várias regiões do globo. No empreendimento em questão, as pesquisadoras compilam um material que contempla o desenvolvimento da política de esporte em países como Bélgica, Chipre, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Holanda, Polônia, Espanha, Inglaterra, China, Japão, Índia, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Uganda, México, Brasil, Estados Unidos e Canadá.

Assim como no livro de Scheerder et al. (2017), Hallmann e Petry (2013) fornecem uma visão geral das perspectivas e abordagens para o desenvolvimento esportivo com foco em quatro temáticas: sistemas esportivos; financiamento da política de esportes; participação esportiva; e comparação dos diferentes países. Por conseguinte, utilizou-se a abordagem analítico-comparativa de Henry (2013), propondo uma tipologia quádrupla de análise, com foco na busca de semelhanças a partir da [1] estatística; a [2] descrição das diferenças; [3] teorização; e por fim [4] discurso definidor.

É importante destacar que as informações fornecidas nos diferentes capítulos pelos autores representam o atual estado de conhecimento, naquele momento, acerca do assunto nos países onde foram realizadas as investigações empíricas (HALLMANN; PETRY, 2013). Devido também a complexidade da estrutura nacional do esporte, alguns setores não puderam ser indexados à estrutura geral, como o movimento paralímpico, os provedores comerciais e a Educação Física escolar.

Os artigos, para além de descreverem uma série de variáveis significativas na compreensão do sistema político esportivo dentro dos respectivos Estados nacionais em suas relações regionais e locais, enfatizam sobre as formas de financiamento esportivo, discutindo questões de tributação ou

arrecadação por meio de impostos; os impactos econômicos sobre os benefícios de saúde na população; despesas diretas com o esporte; além de subsídios privados. Também foi proposta a discussão dos documentos que contribuem para o delineamento das políticas esportivas em torno de três áreas de atuação (a exemplo de saúde, esporte para todos, inclusão social, racismo, violência, esporte de elite, antidoping e políticas de desenvolvimento), bem como os principais instrumentos de implementação dos programas esportivos.

Por fim, o material dedica-se as discussões que nortearam a elaboração da pesquisa, sendo nada mais do que a explanação dos dados alusivos à participação esportiva dos agentes nos respectivos países investigados. Os critérios propostos por Hallmann e Petry (2013) junto aos autores compreendem a definição dos métodos de aferição das atividades esportivas; as taxas de participação em torno dos dez esportes mais praticados; as diferentes formas organizacionais que operam essas atividades (esportes sem fins lucrativos ou centros esportivos comerciais); o desenvolvimento da participação esportiva na última década com prognósticos de eventuais mudanças; além da participação esportiva baseadas em dados sociodemográficos (idade, sexo, renda, antecedente de migração, etnia, etc.).

## **ESTILOS DE VIDA E PROCESSOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO**

A teoria da modernização reflexiva é fruto do trabalho colaborativo levado adiante pelos sociólogos Ulrich Beck e Anthony Giddens. O esforço dos autores se dá no sentido de expandir os pontos de vista da pesquisa sociológica, de forma criativa e inovadora, primando por perspectivas que atravessam as fronteiras e o pensar nacional (WESTPHAL, 2010). Realizaram contribuições para a teoria social do final do século XX e início do século XXI (GUIVANT, 2016), não apenas através da análise crítica da modernidade, mas em conjecturas originais à construção de alternativas teórico-conceituais capazes de identificar as transformações da sociedade mundial (SÁ, 2009).

No bojo desse quadro teórico, entende-se que com o dinamismo da sociedade moderna, não só as estruturas de classe se alteram como vários campos da atividade social: ocupações, papéis de gênero, a constituição da família, o setor agrícola e empresarial, etc. Com isso, realiza-se a produção de uma nova ordem social, oriunda da sociedade industrial e do capitalismo. Esse dinamismo e produção ocorre não em termos de revolução, mas de mudança social (BECK, 1997, 2011, 2017).

Ademais, o aumento do acesso aos bens de consumo como aparelhos de rádio, televisão, geladeiras, automóveis, [computadores, *smartphones*] entre outros, fazem as casas mais equipadas

ao passo que o acesso à formação educacional, viagens, orientações e hábitos tornam-se universalizados. No contexto da modernidade reflexiva, percebe-se o arrefecimento da interferência das estruturas de classe sobre as tomadas de decisões dos agentes, bem como a emergência de uma nova organização das narrativas de vida decorrente com a crise da família nuclear. Mudam-se assim os estilos de vida, as estruturas de trabalho e de conhecimento, a ciência, a economia e a política (LASH, 1997; GIDDENS, 2002; BECK, 2011).

Nesse sentido, pode-se dizer que a tese da modernização reflexiva, com base na teoria da estruturação, tem como proposição básica a libertação progressiva da ação em relação à estrutura, quando a modernidade começa a refletir sobre ela mesma, através do desenvolvimento imanente ao processo de modernização (GIDDENS, 1991; LASH, 1997).

Contudo, essa reflexividade da modernidade não significa o monitoramento reflexivo da ação (intrínseco à toda atividade humana), mas a revisão intensa à luz de novos conhecimentos de informações, dos aspectos da vida social no tocante às relações materiais e com a natureza (GIDDENS, 2002). Nesses termos, tal como pergunta Lash:

[...] o que, na verdade, poderia ser considerado “reflexividade”? Duas respostas precisam ser dadas a essa pergunta. Primeiro, há a reflexividade *estrutural*, em que a ação, libertada das restrições da estrutura social, reflete as “regras” e os “recursos” dessa estrutura; reflete-se nas condições sociais de existência. Segundo, há uma *auto-reflexividade* em que a ação reflete-se a si mesma. Na auto-reflexividade anterior, o controle heterônomo dos agentes é substituído pelo autocontrole (LASH, 1997, p. 141).

Sob esse ponto de vista, é possível inferir que o processo de modernização impele os agentes sociais a um padrão de vida cada vez mais livre e autônomo. De acordo com Giddens (2002), a partir da reflexividade institucional a “construção do eu” se torna mais individualizada, ou seja, a individualização é premissa importante na modernidade reflexiva.

As mudanças na estrutura familiar, na composição social, nas relações com a vizinhança, nos hábitos de lazer, nas filiações associativas, nas relações trabalhistas e de produção, o aumento no nível educacional, de renda e nas condições de moradia são alguns dos aspectos intrínsecos à esse rearranjo social. Toda essa reorganização pode tornar as famílias e formas de convivência mais passageiras e individualizadas, o que demanda dos agentes maior margem de autonomia em suas vidas, ou seja, a assumirem padrões de existência biográficos (BECK, 2011; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017).

A individualização não deve ser concebida, contudo, somente como mudança de consciência e pensamento dos indivíduos, mas de transformação na relação entre as pessoas e a sociedade, através do processo de formação e constituição social em que o indivíduo é a referência central das

ações em seus estilos de vida (WESTPHAL, 2010; BECK, 2011). Nessa esteira, o indivíduo torna-se “[...] ator, planejador, prestigiador e diretor de cena de sua própria biografia, identidade, redes sociais, compromissos e convicções” (BECK, 1997, p. 25).

Isso não significa considerar que a individualização social tenha alguma feição valorativa para bem ou mal. É um conceito-processo sociologicamente mais neutro, um dos motores da história da modernização reflexiva e que desvincula o “eu” dos controles, modelos e certezas tradicionais. Assim sendo, a construção da “narrativa biográfica do eu” promove um novo tipo de condição e disposição de vida, na qual novos valores, normas e modelos de interdependência, solidariedade social e novas características aparecem, remontando e diferenciando a sociedade atual, até mesmo em perspectivas globais (BECK, 1997; WESTPHAL, 2010; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017).

## **COMPARATIVO DA ATUAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NA PARTICIPAÇÃO ESPORTIVA**

Uma das principais dificuldades encontradas ao se debruçar sobre os materiais que dão suporte às discussões arroladas nessa seção do manuscrito, foi a limitação de pesquisas relacionadas à participação esportiva. Pesquisadores de países como Bélgica, Estados Unidos (EUA) e Polônia afirmaram serem raros os estudos sobre participação esportiva em suas regiões, o que tem dificultado o acesso a informações acerca do tema (SCHEERDER e VOS, 2013; RUSESKI e RAZAVILAR, 2013; ŽYŠKO, 2013).

Outro aspecto sensível foi o fato de tais investigadores, ao procurarem tecer considerações sobre as políticas de esporte em seus respectivos países, utilizarem-se de metodologias distintas para a coleta das informações em sua população. Verificou-se o uso de questionários, formulários via internet, entrevistas presenciais ou por telefone, pesquisa documental, pesquisas mistas, entre outros. Alguns valeram-se de apenas uma técnica para as coletas, como é o caso, por exemplo, de Canadá, Irlanda e Reino Unido.

Mesmo identificadas e expostas algumas dificuldades acerca da falta de padronização metodológica, foi possível compilar e traçar um paralelo entre as taxas de participação esportiva e a preferência esportiva dos países analisados. A apresentação dos dados encontra-se na tabela 01, devidamente estruturada por ordem alfabética e pela divisão dos países por continente.

**Tabela 01 - Taxas de participação e preferência esportiva**

Continente	País	Taxas de Participação Esportiva (%)	Preferência Esportiva
África	África do Sul	n/a	Futebol, Caminhada, Corrida
	Uganda	n/a	Futebol, Atletismo, Basquetebol
Américas	Brasil	n/a	Futebol, Voleibol, Tênis de mesa
	Canadá	30	Hóquei no gelo, Futebol, Golfe
	Estados Unidos	31,2	Caminhada, Musculação, Natação
	México	n/a	Futebol, Atletismo, Basquetebol
Ásia	China	28,2	Caminhada, Corrida, Badminton/Tênis de mesa/Tênis
	Índia	n/a	n/a
	Japão	44,5	Caminhada, Calistenia e Exercícios leves
Europa	Alemanha	60-75	Ciclismo, Natação, Corrida
	Bélgica	85	Corrida, Ciclismo, Natação
	Chipre	39,8	Caminhada, Ginástica, Futebol
	Espanha	57	Musculação, Futebol, Natação
	Dinamarca	61	n/a
	Estônia	36	n/a
	Finlândia	90	Caminhada, Ciclismo, Esqui cross-country
	França	58	Caminhada, Natação, Ciclismo
	Holanda	65-75	Musculação, Natação, Caminhada
	Hungria	23	Futebol, Ciclismo, Corrida
	Irlanda	46	Futebol, Ginástica, Corrida
Oceania	Polônia	25	Ciclismo, Natação, Corrida/Caminhada
	Reino Unido	16,5	Musculação, Natação, Futebol
	Suíça	44	Caminhada, Montanhismo, Natação
	Austrália	69,4	Caminhada, Musculação, Natação
	Nova Zelândia	79	Golfe, Tênis, Críquete

**Nota:** n/a (não apresentou)

**Fonte:** os autores (adaptado de Halmann e Petry, 2013 e Scheerder; Willem; Claes, 2017).

Durante o percurso investigativo, foi possível analisar aspectos particulares de determinados países, que influenciaram e contribuíram para modificar o aumento ou diminuição das taxas de participação, assim como explicitar outros determinantes que corroboram para a constituição de um cenário esportivo nacional. Uma evidência constatada no estudo da organização dos países é a afirmação de alguns em relação ao aumento das taxas de participação esportiva em virtude do processo de tornar-se sede de megaeventos esportivos. A China apontou como uma das razões maiores do aumento da participação em esportes entre sua população, a candidatura para os Jogos Olímpicos de Pequim no ano de 2008 (HONG et al., 2013). O Reino Unido citou com um dos

fatores estruturais, a realização dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 (GRATTON; TAYLOR; ROWE, 2013). Já o Brasil, embora não tenha apresentado numericamente a taxa de participação, destacou as candidaturas para a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, importantes para o crescimento da participação no esporte (COUTO et al., 2013).

Ao analisar especificamente o continente europeu, observa-se que há uma grande variação nas taxas de participação esportiva. A Finlândia teve o mais alto nível de participação na Europa (90% dos adultos finlandeses participam de atividades pelo menos duas ou três vezes por semana). Já Inglaterra e Hungria apresentaram a menor taxa (16,5% dos ingleses e 23% dos húngaros participam em desportos regularmente ou com alguma regularidade) (SCHEERDER; WILLEM; CLAES, 2017; HALLMANN; PETRY, 2013).

Nas Américas, o México, em que pese não apresente nenhuma pesquisa quantitativa acerca da participação esportiva em seu país, expressa uma realidade que merece um olhar diferenciado. Arzamendi (2013) mostra que os adultos no México gastam, em média, uma hora e quarenta minutos do seu dia em transporte passivo (por exemplo, automóvel ou transporte público). Além disso, aponta que a população do México é a segunda em todo o mundo nos casos de obesidade e o quarto lugar de obesidade infantil. Estima-se que 70% dos mexicanos adultos estão acima do peso.

Em relação às distinções de participação esportiva, constata-se a influência dos aspectos socioeconômicos e educacionais. A Irlanda, por exemplo, apresentou a existência de forte correlação entre as variáveis socioeconômicas e educacionais e participação no esporte. Uma pesquisa irlandesa estratificou os grupos sociais segundo as premissas socioeconômicas e apontou maior propensão à prática em desportos no grupo AB (54%) contra uma menor propensão no grupo DE (38%). Já de acordo com a escolaridade, o mesmo estudo indicou maior prevalência das práticas motrizes entre os indivíduos com Ensino Superior (50%) quando comparado com aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental (23%) (BOURKE, 2013).

Pesquisadores da África do Sul e do Brasil também apontam para a interferência dos aspectos socioeconômicos na participação esportiva. Sobre o país africano, Maralak, Keim e Coning (2013) destacam que o baixo nível de participação está associado à distribuição desigual de renda. Alguns dos fatores para tal indicativo são a fraqueza do sistema escolar, a segurança, acessibilidade e a carga horária de trabalho. Em Uganda a situação é semelhante, porém outros fatores que também contribuem são a falta de recursos para instalações e equipamentos (KASOMA, 2013). Já Couto et al. (2013) afirmam que no Brasil moradores das regiões sul e sudeste, por possuírem maior expectativa de vida e permanecerem mais tempo na educação básica, com os devidos acessos às informações têm, por consequência, maiores taxas de participação no esporte.

Outras evidências analisadas em relação aos países em questão, diz respeito às finalidades que motivam as pessoas a realizarem atividades esportivas, bem como às razões para que não se envolvam nessas práticas. A maioria dos estudos revisitados aponta que a população mundial se utiliza da prática esportiva, em grande parte, visando a promoção de sua saúde e bem-estar. Já a principal barreira encontrada para não praticar nenhum esporte foi a escassez de tempo livre. A Espanha, por exemplo, foi um dos países que percebeu o aumento da participação esportiva em atividades recreativas voltadas para os impactos à saúde, além da integração, socialização, busca por aventuras e contato íntimo com a natureza (LLOPIS-GOIG, 2016; LERA-LÓPEZ; LIZALDE-GIL, 2013).

Além das análises pormenorizadas expostas até o momento, foi possível também acionar os dados para tecer considerações mais gerais ou ampliadas relativa às taxas de participação em correlação com a preferência esportiva. Nesse sentido, verifica-se que, a respeito dos esportes coletivos, há um predomínio do futebol em relação às demais manifestações. Dez países o citam entre os três esportes mais praticados, sendo o primeiro da lista em seis deles (África do Sul, Uganda, Brasil, México, Hungria e Irlanda). Outros esportes coletivos mencionados são: o basquetebol, voleibol, hóquei no gelo, críquete e esportes mistos (com provas coletivas e individuais), aqui representados pelos esportes de raquete (tênis, tênis de mesa, badminton), natação e atletismo. Apesar da extensa lista de modalidades citadas, apenas quatro países tem predomínio dos esportes coletivos sobre individuais, dentre os quais se encontram Brasil, Uganda, Canadá e México.

O diagnóstico se modifica quando a análise incorre aos esportes individuais. De acordo com a tabela 01, a maioria dos países expressa preferência por práticas esportivas realizadas de forma individual, condição que, desde o aporte de uma teoria reflexiva da Educação Física (SOUZA, 2019, 2021), não deve ser perspectivada como uma tendência ao individualismo, egoísmo e isolamento, uma vez que as práticas que envolvem o movimentar-se na modernidade tardia se redesenham, de fato, para atender demandas individuais, mas ainda assim não prescindem de socialização, ou seja, não perdem a característica de campo da atividade social interativa como qualquer outro. Em favor desse quadro, a hierarquia das preferências esportivas sintetizada na tabela 01 registra que em dezoito países ao menos dois esportes individuais estão dentre as três práticas mais realizadas. Destaca-se a caminhada (onze países), seguida pela natação, corrida, ciclismo e ginásticas em academia (ou musculação). Outras práticas apontadas, ainda que de forma menos recorrente, foram o golfe e o esqui.

Importante notar que na maioria desses países, as práticas esportivas são levadas a efeito sem uma filiação organizacional (desvinculada de clubes), ou seja, na própria realização dos

esportes individuais pelos agentes há uma propensão de que a prática se dê de forma autônoma, sem a necessidade de uma estrutura formal que disponha e organize tais práticas. Países como Austrália, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Japão, Holanda, Polônia e EUA aderem a essa modalidade. Já os poloneses preferem praticar esportes sozinhos ou entre parentes e amigos, ou seja, raramente se filiam a clubes esportivos ou organizações privadas de esporte e recreação. Declaram preferência por atividades não institucionalizadas e ao ar livre (43%) ao passo que poucos frequentam clubes esportivos (5%) ou de futebol (3%) (ŽYŠKO, 2013).

Outra correspondência entre a participação e a preferência esportiva pode ser inferida quando se divide os países de acordo com próprio percentual de participação. Nos países em que as taxas estão acima dos 60%, há uma predominância pela realização de esportes individuais a exemplo da caminhada, corrida, ciclismo, musculação e natação. O único esporte coletivo identificado, nesse contexto, foi o críquete, praticado na Nova Zelândia. Encontram-se também nessa categoria de países a Alemanha, Austrália, Holanda, Finlândia, Dinamarca e Bélgica.

Nos países que apresentam taxas entre 40 a 60% de participação há também o predomínio das atividades esportivas individuais, porém estes já demonstram relativa tendência à prática do futebol. São os casos de Espanha, França, Irlanda, Japão e Suíça. Numa fração percentual inferior, sobre os países que indicam ter entre 20 a 40% de praticantes esportivos, a preferência esportiva é variada, ficando dividida entre esportes individuais e coletivos. Os mais praticados da primeira categoria são a caminhada, o ciclismo e a corrida, além dos esportes mistos como a ginástica, badminton, tênis e tênis de mesa. Já entre os esportes coletivos, mantem-se a hegemonia centrada no futebol, seguido pelo hóquei no gelo. Há também países em que não foram obtidas as taxas de participação esportiva, casos do Brasil, Uganda, África do Sul, México e Índia. Esses têm, por dominância, segundo a tabela 01, a adesão a esportes coletivos, em especial ao futebol, seguido por atividades motrizes mais tradicionais à exemplo do basquetebol e voleibol, além da prática de esportes mistos tais como atletismo e tênis de mesa.

Interessante notar a partir dos dados em tela, que entre os países desenvolvidos, há uma tendência para maiores taxas de participação esportiva. Além disso, verifica-se também uma maior predisposição desses países para as práticas de cunho individual. Isto é, os dados sugerem que quanto mais os países imergem na tessitura da segunda modernidade, mais os efeitos dessa dinâmica social incidem nos estilos de vida e nos diversos setores sociais. Por conseguinte, o âmbito das rotinas de tempo livre, mais especificamente de esporte e lazer, passa a ser impactado pelo processo de autonomização. Em outras palavras, como em países em desenvolvimento, grosso modo, os ímpetus da modernização reflexiva ressoam um pouco mais tardiamente, é compreensível que a reflexividade não se dê nas mesmas proporções que nos países mais estáveis

economicamente. Não obstante, isso não quer dizer que as sociedades do capitalismo periférico tardio são destituídas de níveis pujantes de reflexividade. Pelo contrário, os agentes da periferia econômica também gozam da autonomização, porém em amplitudes diferentes, tendo em vista os limites estruturais para a ação (SOUZA, 2021).

Nesse contexto, depreende-se que em países com efeitos mais sobressalentes da segunda modernidade, os agentes têm a sua disposição mais recursos e opções para a construção de suas autobiografias de movimento (SOUZA, 2021), o que impacta diretamente na hierarquia das atividades motrizes a exemplo do que pudemos verificar por via da análise dos dados evocados e redimensionados no artigo. Outro ponto importante a se atentar, para além da dimensão econômica, é que à medida que os países em desenvolvimento avançam no processo de modernização reflexiva, mais provavelmente se distanciam das estruturas coercitivas tradicionais, o que leva ao descolamento dessas configurações para redes mais amplas (BECK, 1997; GIDDENS, 1997). Ou seja, os indivíduos podem ser impelidos a testar outras atividades motrizes para além daquelas vivenciadas sob o prisma cultural da tradição. A rigor, pode-se afirmar que esse é o principal ponto de inflexão do estatuto do movimentar-se que ganha relevo nas sociedades de modernização reflexiva (SOUZA, 2021). Sob esse pano de fundo, o problema do homem em movimento se redimensionou (SOUZA, 2021) e isso tem consequências decisivas para pensar o esporte, a Educação Física e suas políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou analisar a participação dos agentes sociais frente às atividades esportivas em diversos países, comparando-as no intuito de identificar padrões de estilo de vida individualizados e reflexivos, tendo como base o contexto da modernidade reflexiva. Por hipótese, assumiu-se que a reflexividade institucional e os processos de individualização, característicos de países desenvolvidos e identificados em menor escala nos países subdesenvolvidos, poderiam auxiliar na análise da participação e preferências de práticas esportivas nos países investigados.

Diante da proposta em tela, conclui-se que há uma disposição em países desenvolvidos possuírem taxas de participação esportiva maiores em relação aos países em desenvolvimento, muito embora as dinâmicas de individualização social decorrentes da reflexividade da modernidade estejam presentes em ambos os contextos e reflitam a (re)construção de uma hierarquia das práticas esportivas afinadas com esse quadro de mudanças. Tal afirmação, se confrontada à teoria da modernização reflexiva, pode correlacionar-se com o pressuposto de que as estruturas sociais de países desenvolvidos, mediante os processos de reflexividade institucional e consequente

individualização dos estilos de vida, concedem aos agentes sociais maior possibilidade de usufruírem de uma agenda que inclui a prática rotinizada de atividades físicas e esportivas.

Sob esse espectro, foi possível também observar que nos países desenvolvidos há uma predominância por atividades realizadas de forma individual, a exemplo das caminhadas, corridas, natação, musculação e ciclismo. Em tais contextos do centro do capitalismo, a hierarquia das predileções esportivas sugere uma maior autonomia dos agentes frente à estrutura de modo a orientarem suas autobiografias de movimento em processos tendencialmente mais reflexivos, uma vez que as práticas esportivas que eles elegem são sintomas e produtos da própria reflexividade social. Cabe notar que essa tendência à autonomia, observada em países como Austrália, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Japão, Holanda, Polônia e EUA, ilustra um cenário em que o indivíduo tem, em termos concretos, a possibilidade de escolha sobre filiar-se a alguma organização com fins esportivos ou realizar sua própria atividade.

Dessa forma, depreende-se que há similaridades frente às lógicas que permeiam a participação esportiva no centro e na periferia do capitalismo tardio, uma vez que a consolidação de um mercado dos estilos de vida reflexivos, sustentado em uma hierarquia alternativa das preferências esportivas, é um fenômeno global que responde demandas locais. Em outros termos, a distribuição da atividade social reflexiva por via de esportes individualizados, ao ar livre e no meio ambiente criado, embora seja uma tendência geral da sociedade, não responde de forma homogênea em todos os lugares e qualquer diagnóstico social mais preciso deve confrontar o contingente de atividades esportivas realizadas nos diferentes países com os aspectos socioeconômicos e culturais, nível educacional, questões de gênero, expectativa de vida, etc.

Finalmente, compete ressaltar que, embora a presente pesquisa tenha mobilizado dados produzidos a partir de realidades investigativas e metodológicas tão diferentes no intuito de produzir uma síntese provisória e por essa razão mesmo incompleta, o esforço interpretativo levado a efeito ao longo do manuscrito permitiu demonstrar aproximações e distanciamentos no que tange à presença dos processos de reflexividade institucional e individualização na construção de uma hierarquia das predileções esportivas na contemporaneidade. Ademais, a análise permitiu compreender que tais tendências se manifestam a nível transnacional e transcontinental, permitindo localizar correlações entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Deste modo, as interpretações aqui reunidas e ventiladas poderão nortear estratégias e intervenções futuras no âmbito das pesquisas sobre participação esportiva, seja em nível nacional ou transnacional.

## REFERÊNCIAS

- ARZAMENDI, Isra Villalpando. México. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- BAYLE, Emmanuel. Switzerland: the organisation of sport and policy towards sport federations. In: SCHEERDER, Jeroen; CLAES, Elien; WILLEM, Annick. (Orgs.). **Sport policy systems and sport federations: a cross-national perspective**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **O caos totalmente normal do amor**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. (Orgs.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOURKE, Ann. Ireland. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- COUTO, Ana Claudia; COUTO, M.; BOSCHI, C.; LEMOS, K. Brazil. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- DE BOSSCHER, Veerle; BINGHAM, Jerry; SHIBLI, Simon; VAN BOTTENBURG, Marteen. **The global sporting arms race: an international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success**. Oxford: Meyer & Meyer Sport, 2008.
- ESPRING-ANDERSEN, Gosta. The three worlds of welfare capitalism. In: SCHEERDER, Jeroen; CLAES, Elien; WILLEM, Annick. (Orgs.). **Sport policy systems and sport federations: a cross-national perspective**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GRATTON, Chris; TAYLOR, Peter; ROWE, Nick. UK: England. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.

- GUIVANT, Julia Silva. O legado de Ulrich Beck. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 229-240, 2016.
- HALLAL, Pedro Curi. Atividade física e saúde no Brasil: pesquisa, vigilância e políticas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 12, p. 1-3, 2014.
- HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- HENRY, Ian. Transnational and comparative research in sport – globalisation, governance and sport policy. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- HONG, Fan; LI, Liu; GE, Min, ZHIXUN, Guan. China. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- KASOMA, Sandra S. B. Uganda. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. (Orgs.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- LERÁ-LÓPEZ, Fernando; LIZALDE-GIL, Enrique. Spain. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). New York: **Comparative sport development systems, participation and public policy**. Springer, 2013.
- LLOPIS-GOIG, Ramon. **Participación deportiva em Europa: políticas, culturas e prácticas**. Barcelona: Editora UOC, 2016.
- MARALACK, David; KEIM, Marion; CONING, Christo. de. South Africa. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, Participation and Public Policy**. New York: Springer, 2013.
- MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999.
- MENDES, Alessandra. Políticas públicas de esporte: considerações sobre gestão, instituições, políticas e métodos de pesquisa no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Esportiva**. v. 3, supl. 1, p. 1-19, 2013.
- RUSESKI, Jane; RAZAVILAR, Negar. United States. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.
- SÁ, Márcio Gomes. Reflexividade, cidadania e subpolítica: partindo de Ulrich Beck. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, 2009.
- SCHEERDER, Jeroen; CLAES, Elien; WILLEM, Annick. **Sport policy systems and sport federations: a cross-national perspective**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- SCHEERDER, Jeroen; VOS, Steven. Belgium: Flanders. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. **Comparative sport development systems, participation and public Policy**. New York: Springer, 2013.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, S. W. Métodos de pesquisa das relações sociais. In: OLIVEIRA, Maxwell Ferreira (Orgs.). **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisa em administração. Catalão: UFG, 2011.

SOUZA, Juliano de. Educação Física Reflexiva – problemas, hipóteses e programa de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. 1-15, 2019.

SOUZA, Juliano de. **Do homo movens ao homo academicus**: rumo a uma teoria reflexiva da Educação Física. São Paulo: Liber Ars, (no prelo).

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 1, p. 42-49, 2016.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando. **Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão das políticas públicas para o esporte e lazer**. X Simpósio internacional processo civilizador. Campinas, 2007.

WESTPHAL, Vera Herweg. A individualização em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 419-433, 2010.

ŻYŚKO, Jolanta. Poland. In: HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. (Orgs.). **Comparative sport development systems, participation and public policy**. New York: Springer, 2013.

## NOTAS DE AUTOR

### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro aos bolsistas.

**CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA** - Não se aplica.

**FINANCIAMENTO** - Não se aplica.

**CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM** - Não se aplica

**APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA** - Não se aplica.

**CONFLITO DE INTERESSES** - Não há conflito de interesses.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a

opinião dos editores ou da universidade.

### **EDITORES**

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

### **EDITOR DE SEÇÃO**

Juliano Silveira

### **REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS**

João Caetano Prates Rocha; Keli Barreto Santos.

### **HISTÓRICO**

Recebido em: 08 de setembro de 2020.

Aprovado em: 12 de novembro de 2020.